



**Para ficar
mais rica, a
sociedade
precisa reagir
ao déficit e
a indexação**

A sociedade brasileira tem comportamento passivo face à evolução econômica. No plano macro, não pode reclamar demais. O que se conquistou — redistribuição de renda e inflação civilizada — era o que se desejava. No plano individual, pode e deve indignar-se. Não há justificativa para um déficit público de 4,0% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1995 — ou mais. Isto embasaria um movimento

Reage Brasil, à moda do Reage Rio. Talvez o presidente Fernando Henrique Cardoso reaja mal, como fez o governador Marcello Alencar — ambos errados. Reage Brasil é a favor do governo que quer contas equilibradas e rejeita déficit.

A ausência de reação organizadora é inexplicável. Seria o resultado de sentimento de culpa com os mais pobres? Se quem têm patrimônio — algum ou muito — age movido por culpa, se engana. Explique-se: o déficit público milita contra o progresso e o emprego, além de atingir patrimônios. É fator crítico de desequilíbrio, tão grave quanto seria a volta do déficit no comércio exterior. Por causa do déficit público o juro é alto demais — realimentando o próprio déficit. No longo prazo, o juro alto desestimula investimentos. Instantaneamente, derruba patrimônios. As ações perderam US\$ 50

bilhões porque é mais fácil ganhar com o juro real. O patrimônio imobiliário já estimado em US\$ 1 trilhão tem baixa liquidez por razões semelhantes. Até a riqueza intangível é afetada: falta para a educação, comprometendo o futuro. Dinheiro que iria para pesquisa e desenvolvimento é gasto com indenizações.

Juntar alguns fatos recentes ajuda a explicar a desorientação:

■ A contabilidade do Nacional parece estar em aberto. As operações feitas pelo Banco Central têm faltado transparência.

■ A Rosenberg & Associados calcula que a diminuição da carga tributária poderia reduzir o custo Brasil de 4,5% — isto só não acontece porque a União tem pavor de perder receita.

■ A Polícia Federal é tão desapaarelhada que alega não ter sequer o sistema Bina — para saber de que telefone se fez uma denúncia, anônima ou não.

■ A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) parece dividida ao divulgar sugestões contra a crise (aliás, em parte acolhidas): a tônica parece atender mais a quem perdeu o bonde do que à maioria, que aceita os desafios da estabilização.

■ O deputado Euler Ribeiro defende proventos de inatividade de

valor até 35% superior aos vencimentos do presidente da República — cuja remuneração mensal corresponde a dez vezes o valor máximo pago aos aposentados do INSS.

Assim convivem os vários Brasis: um antigo, habituado a desconectar receitas de despesas, a reclamar da abertura ou a conviver com absoluta ausência de meios. Outro, obrigado a admitir que haja vista o comportamento do lado antigo, nada resta senão projetar juros altos e déficit — mesmo que tais elementos agridam patrimônios e expectativas. Multinacionais como a Nestlé projetam 2,4%

ao mês de juros nominais em 1996 e 1,2% de juro real — menos do que hoje, mas ainda muito.

Promover ou aceitar déficit público constitui violência. Não há mocinhos nesse filme. Os produtores de déficit estão em todo o governo e no Congresso. Juros altos e desembolsos bilionários com o sistema bancário em dificuldades agravam o déficit ou distorcem a política monetária. Orçamentos deficitários revelam excesso de dispêndios de peso alarmante, cerca de R\$ 20 bilhões no critério operacional. O fato de serem os Estados os principais agentes da gastança não livra a face da União, a quem a conta é debitada. A cara econômica do governo FHC poderá se assemelhar à do governo Felipe Gonzalez, com um dos mais altos déficits públicos da União Europeia.

O Brasil ainda tem muitos beneficiários (aparentes) do statu quo. São os donos da poupança financeira de R\$ 240 bilhões que se apropriam do excesso do juro ou ganham na arbitragem. O ganho deles é provavelmente efêmero e menor do que as perdas dos demais — emprego, salário, oportunidades de investimento, riqueza acumulada em estoques não especulativos. Para ficar mais rica, a sociedade precisa reagir ao déficit e ao entulho que resta da indexação. O déficit não é menos danoso do que o crime organizado — é só diferente: não está no Código Criminal e infelizmente, nem no Código Civil.

